Parte 4 - Pesquisa qualitativa: aplicações em outros estudos
geográficos

**Pesquisa social aplicada à geografia: histórias de vida como
fontes de documentação**

Rene Gonçalves Serafim Silva
Vicente de Paulo da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, R.G.S., and SILVA, V.P. Pesquisa social aplicada à geografia: histórias de vida como fontes de documentação. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 418-430. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0024>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte 4
Pesquisa qualitativa: aplicações
em outros estudos geográficos

Pesquisa social aplicada à geografia: histórias de vida como fontes de documentação

Rene Gonçalves Serafim Silva
Vicente de Paulo da Silva

Este texto objetiva apresentar aos pesquisadores das ciências humanas, em especial aos geógrafos, técnicas e métodos de pesquisa social aplicados ao estudo dos fenômenos sociais que ocorrem na dimensão do espaço. Além disso, busca entender como as histórias de vida, as experiências e os relatos de pessoas atingidas por grandes empreendimentos, por exemplo, podem servir de documentação acerca dos efeitos de determinados eventos sobre uma história alicerçada numa vida cotidiana repleta de simbolismos e de apego/afetividade aos lugares.

As técnicas propostas para a realização de pesquisas com esse intuito se baseiam, principalmente, nas fontes de documentação orais e nos trabalhos de campo. A inserção no meio em que vivem as pessoas pesquisadas, que se dá pelo trabalho de campo, revela minúcias do dia a dia desses sujeitos e permite que o pesquisador enxergue com mais nitidez o significado das mudanças no território de vida deles.

Somente seus relatos podem expressar os verdadeiros sentimentos de apego e afetividade aos lugares e, por conseguinte, compreender que os efeitos de grandes empreendimentos vão muito além do que os empreendedores tentam transmitir pelo discurso oficial. Além da materialização dos empreendimentos, não se pensa mais em um acompanhamento desses atingidos que lhes proporcione as condições de reprodução

de suas vidas, bem como as de seus símbolos, sonhos e memórias, que ficaram alagados pela formação de um reservatório de água.

Nesse sentido, este capítulo apresenta uma discussão teórica do aporte teórico-metodológico das fontes de documentações orais, como a técnica da história oral, aliada ao trabalho de campo, amplamente utilizado em pesquisas de cunho geográfico. A discussão perpassa pelos campos teóricos da pesquisa social, a história oral e o trabalho de campo em geografia, demonstrando a importância desse diálogo para o ato de produzir uma pesquisa considerada científica.

Em um segundo momento, um estudo de caso já realizado ilustra como a história oral e o trabalho de campo são importantes na construção de um conhecimento e, sobretudo, como essas técnicas humanizam não somente a pesquisa, mas as relações criadas e mantidas entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado. Outro fator importante situa-se na especificidade da coleta de dados, que traz à tona informações essenciais para uma pesquisa que busca compreender um espaço geográfico usado, destituído, alagado e ressignificado.

Este texto faz parte de um projeto em andamento intitulado *Efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos: deslocamentos compulsórios e processos de territorialização/desterritorialização no Rio Araguari/MG*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Discussão teórica: a pesquisa social, a história oral e o trabalho de campo em geografia

O desenvolvimento de uma pesquisa deve ser considerado de fundamental importância para o pesquisador, o objeto pesquisado, a ciência em si e a sociedade de maneira geral. Pesquisar pode soar como um momento prazeroso; porém, há muitos percalços que o pesquisador deve estar apto a solver, de forma a garantir os resultados.

Dentre os percalços a serem vencidos, Gil (2002) adverte para os casos que, se não são os mais importantes, podem levar a cometer sérias negligências, como o dogmatismo, o desinteresse por problemas sociais e a impaciência. Mas o que deve ser considerado no ato de pesquisar?

As dicas também são oferecidas por Gil (2002), quando enumera as qualidades pessoais do pesquisador, das quais depende o êxito da pesquisa. Dentre elas, destacam-se o conhecimento do assunto a ser pesquisado, a curiosidade, a criatividade, a integridade intelectual, a atitude autocorretiva, a sensibilidade social, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência e a confiança na experiência.

O pesquisador deve ser flexível na empreitada de uma pesquisa, o que, inclusive, propicia maior autonomia sobre aquilo que se está produzindo. Quando se fala em

uma pesquisa social, por exemplo, essa flexibilidade e o respeito ao grupo pesquisado se tornam uma questão, muito além de respeito às regras, de honra e honestidade.

No que se refere à pesquisa em geografia, ainda que se considerem as especificidades desse campo, as orientações são semelhantes, ou seja, existem as regras formais, que hoje são muito difundidas para o público, mas a opção de um geógrafo por um tema a ser pesquisado influi fortemente no papel desse profissional para com a ciência e a própria sociedade.

Na pesquisa científica, deve-se preocupar com a base epistemológica do trabalho. Nesse sentido, cabe a sugestão de Eco (2001) sobre a humildade científica. A ideia exposta pelo autor contribui para que se pense acerca de algumas situações morais: quando podemos dizer que determinado autor não nos serve para nada ou que determinada leitura não tinha nada a nos acrescentar de útil? Não devemos julgar as obras pelo que elas não têm, mas, sim, buscar nelas o que pode haver de importante para a pesquisa.

Não há um consenso sobre por onde se deve começar a pesquisa. Porém, a leitura é obrigatória, e pode ser que os rumos do trabalho se definam a partir dela. Não pode haver pesquisa sem leitura, se falamos em pesquisa científica, seja na graduação, seja na pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*.

Na geografia, ainda se pode contar com outros recursos que tendem a elevar ainda mais a qualidade da pesquisa: os trabalhos de campo. Segundo Corrêa (1996), o trabalho de campo se torna importante na medida em que envolve uma reflexão crítica em sua concepção e realização, e deve-se estar atento, durante seu desenvolvimento, às complexas relações entre as diferentes escalas de apreensão da realidade. De acordo com esse autor, o trabalho de campo constitui uma importante ferramenta por meio da qual o geógrafo pode ver e analisar o movimento de transformação do homem numa dimensão espacial e refletir sobre esse movimento.

Coltrinari (1996), também falando da importância do trabalho de campo em geografia, diz que é com ele que o pesquisador conta para uma análise científica de seu entorno; ele ajuda a substituir as suposições por algum grau de certeza e aprofunda o conhecimento das mudanças que ocorrem à sua volta. Por sua vez, Suertegaray (1996) evidencia que o trabalho de campo exige o reconhecimento da dinâmica local e permite ao observador o questionamento sobre os fatos e processos que, muitas vezes, não têm explicação naquela dimensão escalar.

Como também reconhecem esses autores, o trabalho de campo não é tudo, mas deve estar associado a outros processos de análise para se concluir uma pesquisa. Por isso, o levantamento de fontes secundárias de informação também deverá servir de subsídio a uma análise mais próxima da realidade e permitir que se contemplem os objetivos propostos para a pesquisa em geografia.

Quem se dedica a fazer uma pesquisa em geografia não deve jamais esquecer que a proposta se insere no campo da geografia. Isso significa que, muitas vezes, aparecem propostas que se encaixam mais em outros campos do conhecimento, como a história, a antropologia ou a sociologia. Não quer dizer que não se possa dialogar com as outras ciências. Ao contrário, o diálogo é fundamental e intrínseco à pesquisa, mas se deve ter sempre em mente que se pretende fazer uma pesquisa em geografia.

Uma proposta em geografia deve levar em consideração suas especificidades. Nesse caso, o domínio das principais categorias de análise geográfica já contribui para diferenciar uma proposta em geografia de outras ciências. Esse é um ponto que demanda maior cuidado na pesquisa geográfica. Se não há preocupação com isso, pode-se incorrer em graves problemas, e o principal deles é o pesquisador não conseguir executar o trabalho ou alcançar seu objetivo.

A pesquisa geográfica não deve negligenciar o papel do sujeito ou do grupo pesquisado e, ainda mais, não deve considerá-lo apenas como quem pode testemunhar o fato. Deve-se, na verdade, aproveitar esse testemunho como instrumento a ser utilizado em defesa de quem vive situações que exijam um posicionamento da sociedade. Desse modo, o sujeito, além de ser personagem da “história” pesquisada, é a prova viva de que um movimento de transformação, de intervenção sem precedentes, pode estar acontecendo no espaço.

Assim, sugere-se que a importância dos depoimentos orais, ou das evidências orais, conforme Thompson (2002), não se restrinja ao ato de ouvir tais personagens. Acima de tudo, devem-se considerar essas evidências instrumento de defesa desses personagens, quer seja como denúncia do fato ou, por que não dizer, para a tomada de decisão que leve à intervenção no próprio fato.

O apelo ao método da história oral deveria ser assim concebido, ou seja, como uma prova cabal e viva de atos de opressão, de ditadura, de sujeição de um grupo às mazelas do poder. Entretanto, essas mazelas são caricaturadas pelo discurso oficial, expresso em argumentos escritos e assim apresentados à sociedade.

O alcance do documento escrito, sem levar em conta as evidências orais, ou ainda que o faça sem muita lealdade aos depoimentos dos sujeitos pesquisados, é muito mais abrangente e, nesse sentido, pode surtir efeito maior do que a documentação oral, pois sempre se está à mercê da opinião arbitrária de quem escreve e/ou pesquisa. A leitura de um documento escrito está ao alcance da maioria das pessoas, de forma facilitada, atualmente, pelos meios digitais.

Por seu turno, ouvir um grupo pesquisado requer ousadia, paciência, coragem, honestidade e fidelidade do pesquisador, pois a fonte oral só chegará ao alcance dos leitores à medida que se tornar fonte escrita publicada por esse pesquisador. Nesse sen-

tido, sua honestidade e sua fidelidade ao texto oral servirão como parâmetro para o que se chama de instrumento de transformação da realidade.

Anseia-se, com essas observações, chamar a atenção de quem se propõe a fazer uma pesquisa social em geografia – ou em outras áreas da ciência – para a importância de uma pesquisa que utilize o método da história oral ou, por que não dizer aqui e propor, de uma geografia oral. O pesquisador será o elo entre esse sujeito pesquisado e a sociedade. Do contrário, essas vozes que testemunham a verdadeira realidade podem ser levadas pelo vento ou utilizadas de acordo com as conveniências de quem se propõe a pesquisá-las.

De forma a evidenciar melhor o que se pretende ao defender o método da história oral nas pesquisas geográficas, relatamos um importante momento vivido pelos participantes do III Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens, ocorrido entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2010, na cidade de Belém, no estado do Pará. Em uma mesa-redonda intitulada “Territorialidades, conflitos e demandas de movimentos sociais indígenas”, composta por índios da etnia Caiapó, pôde-se ouvir do mundialmente conhecido cacique Raoni Metuktire, traduzido simultaneamente por um membro de sua tribo com melhor domínio da língua portuguesa, o seguinte depoimento, referindo-se à sua indignação pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, também no Pará: “Nóis num quer barrage; nóis num gosta de barrage; nóis quer o nosso rio; pescar o nosso peixe”.

Talvez aí até resida uma limitação do uso da documentação oral, mas que não a torna menos importante se o pesquisador for fiel em seu relato. Uma coisa é ler esse depoimento. Outra, bem diferente, é ouvir o próprio índio, que se exaltava nesse momento, por vezes quase gritava e batia com a mão na mesa. Os tons de sua fala não podem ser escritos, mas ouvi-los convence a plateia de que há muito mais sentido em seus depoimentos do que nos forjados argumentos do discurso oficial, os quais defendem, ou impõem, a execução do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

Se o testemunho, ou a evidência oral, não fosse importante, por que os tribunais recorreriam a ele como forma de desvendar crimes, a ponto de os argumentos mais convincentes terem o poder de absolver ou condenar um réu das acusações que recaem sobre ele? Por que, então, os argumentos orais de atingidos por grandes empreendimentos são muitas vezes tachados de reducionistas, de alheios ao progresso? Acaso se vive numa sociedade de conveniências?

No campo da história, Thompson expõe o que talvez se possa chamar de supremacia da evidência oral perante outras formas de elucidar os fatos, as quais ele denomina de forma erudita de ficção, em face das possibilidades de descrições defeituosas e de projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador. Aqui reside, de acordo com Thompson, o diferencial da evidência oral nos estudos de história, e que,

acredita-se, tem o mesmo peso na pesquisa social em geografia: “a evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (1992, p. 137).

Utilizando-se o método da evidência oral, expõe-se a seguir a situação vivida por moradores expropriados de sua vida cotidiana e submetidos a outros ritmos, outra realidade, em virtude da execução de grandes empreendimentos no Rio Araguari/MG. A forma como contam suas memórias dos tempos anteriores às mudanças é muito mais reveladora dos fatos vividos por eles. Suas histórias poderiam confundir-se com as de outras pessoas também submetidas a processos semelhantes.

Ouvir de suas bocas o que nenhum autor se dignou a escrever, talvez por compromisso maior com uma elite no poder do que com esses moradores, torna a história mais comovente, usando a fala de Thompson (1992), e mais particular. O olho no olho entre pesquisador e pesquisado propicia mais confiança, mais detalhes na narração e, nesse sentido, mais convencimento.

O Complexo Energético Amador Aguiar e os atingidos por barragens que se tornaram moradores do Assentamento Rural Olhos d’Água: a pesquisa social no contexto geográfico

Contextualizar a pesquisa geográfica inserida numa pesquisa social é apontar os limites e potencialidades que a geografia agrega não somente como pesquisa, mas como função social dentro e fora do âmbito acadêmico. Portanto, a geografia e a pesquisa social são uma resposta aos problemas de cunho geográfico na sociedade contemporânea.

Desse modo, apresentam-se algumas questões relativas ao Complexo Energético Amador Aguiar, localizado na bacia do Rio Araguari, no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, e os atingidos por barragens que se tornaram moradores do Assentamento Rural Olhos d’Água, no município de Uberlândia/MG, exemplificando a pesquisa social e suas técnicas nos estudos geográficos.

O Complexo Energético Amador Aguiar é o conjunto formado por duas usinas hidrelétricas (Amador Aguiar I e Amador Aguiar II) presentes na bacia do Rio Araguari, cujas barragens alagaram terras dos municípios de Uberlândia, Araguari e Indianópolis. Esse complexo energético foi formado a partir do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), composto por várias empresas, entre elas a Vale e a Cemig.

Sua inauguração oficial ocorreu em 5 de dezembro de 2006, com a presença de políticos das esferas estadual e municipal, empresários locais, entre outras pessoas que tiveram alguma relação com o empreendimento. Nos informativos do consórcio, pode-se visualizar que os agentes hegemônicos da política e da economia local/regional se apresentaram como os responsáveis pelo “desenvolvimento”

econômico da região, por meio de seus discursos e da decisão de implantar o empreendimento.

Embora a finalidade do empreendimento seja a produção de energia elétrica, percebe-se que os envolvidos no consórcio não estão preocupados apenas com essa questão, essencial nos dias de hoje, mas com a reprodução do capital investido e, principalmente, do uso do território no tocante a seus recursos naturais, sociais e econômicos.

Com o alagamento de terras e o enchimento do reservatório para a formação do empreendimento, áreas imensas foram submersas. Consequentemente, grande número de pessoas foi desprovido de seus territórios, no sentido de pertencimento e afetividade, poder e posse, trabalho e cultura. Como há grande variedade de concepções acerca dos atingidos, e nem todos são atendidos ou reconhecidos como tal, utilizaram-se alguns estudos de Vainer (2008) e Silva e Silva (2011) para definir qual tipo de atingido é o morador que hoje se encontra no Assentamento Rural Olhos d'Água.

Para tanto, foi preciso compreender as relações que esses atingidos estabeleceram ao longo dos anos nos espaços ocupados e usados – relações culturais, de moradia, de trabalho, ou seja, de vida. O atingido pelo empreendimento que foi deslocado para o assentamento em questão se encaixa na concepção hídrica discutida por Vainer (2008) ou, ainda, na concepção nomeada por Silva e Silva (2011), deslocados econômicos, por entender que pessoas que não possuem propriedades alagadas são também atingidas, pois o meio de vida e o sustento de um grupo social são interrompidos pelo empreendimento hidrelétrico, que cessa suas relações de trabalho e seus meios de subsistência. Essa concepção se apoia em Bartolome et al. (2000), participantes da elaboração do documento publicado na Comissão Mundial de Barragens.

Retomando a discussão para o assentamento, Olhos d'Água foi criado, em primeiro lugar, para atender à lei estadual de Minas Gerais n. 12.812, de 1998, que impõe assistência social às populações que tiveram suas áreas inundadas por reservatórios, especificamente trabalhadores assalariados. Em segundo lugar, a criação do assentamento atendeu a um desejo de alguns trabalhadores rurais de permanecerem no campo, embora essa permanência estivesse condicionada ao recebimento de indenização por meio de uma gleba de terra escolhida pelo empreendimento, e não pelo atingido/assentado.

Feita a opção pelo assentamento, o consórcio responsável pelo empreendimento dotou toda a área e todos os lotes de infraestrutura básica para atender, com o mínimo de dignidade, a população que para lá se deslocou. Apesar de ser uma obrigatoriedade, o discurso apresentado nos boletins informativos demonstrava um apelo assistencialista, e uma versão que não condizia com a realidade, de que essa concessão de infraestrut-

tura era um plano já previsto pelo empreendimento, o que transparecia uma ação de “boa vontade”, e não de obrigatoriedade.

Nesta última parte do capítulo, propõe-se não um aprofundamento no Complexo Energético Amador Aguiar ou no espaço em que se localiza o Assentamento Rural Olhos d'Água, mas uma breve demonstração de como as técnicas de história oral e trabalho de campo foram importantes no delineamento da pesquisa e na busca por resultados que atendessem aos interesses da pesquisa e de seus sujeitos. Por isso, as informações sobre o complexo energético e o assentamento foram superficialmente expostas, no intuito de situar o leitor apenas na problemática dos grandes empreendimentos hidrelétricos *versus* atingidos por barragens.

Já se contemplou a importância da história oral na discussão teórica apresentada. Ainda assim, deve-se enfatizar que, ao contar uma história de sujeitos, a carga emocional visível durante a aquisição da informação torna o conteúdo ainda mais importante ou enfático. Relembre-se o exemplo com o cacique Raoni. Com alguns assentados com os quais se puderam realizar conversas e entrevistas, atentou-se para os gestos, os olhares, os movimentos, as pausas e até o tom de voz. Essa linguagem corporal, juntamente com a fala, possibilita resgatar não apenas a história que se conta, mas o que se viveu a partir dela.

Na pesquisa realizada, utilizou-se parte das falas dos atingidos para remontar um território simbólico-afetivo que foi alagado pelo empreendimento, mas ainda existia na memória da população que o viveu, construiu e reproduziu. Essas falas evidenciaram muito mais do que apenas a existência de trabalhadores rurais de alguns trechos alagados na bacia do Rio Araguari; evidenciaram a história de vida de populações que construíram elos e laços no território, além de terem sido testemunhas das transformações do espaço geográfico de um tempo.

Para demonstrar a importância que essa técnica produz na pesquisa, retoma-se uma passagem em que um dos entrevistados referia-se ao Rio Araguari como “rio das velhas”. Vê-se, portanto, o mesmo rio, com os mesmos atributos físico-naturais, receber nomenclaturas diferentes, por haver na fala desse entrevistado uma carga de sentido e sentimento que o autorizou a se referir ao rio daquele jeito.

Tratar o rio assim, de forma simbólica e se apropriando da concepção proposta por Geertz (1978), faz o concreto da realidade, a forma perceptível, assumir um papel simbólico impregnado de abstrações, valores e juízos, e somente quem o atribui está apto a sentir e interpretar de tal forma em sua completude. Em outro trecho captado por meio da história oral, visualiza-se outra função simbólica do rio, não apenas como um aspecto natural da paisagem:

Lá eu pescava, né?! Pescava fim de semana, tinha muito colega que ia lá pra casa. E hoje, dos tempo que eu tô aqui [mais de cinco anos], eu fui no rio duas vezes só. [É longe?] Ah... daqui até lá na ponte vai dar quase uns, quer ver, deve dá uns oito quilômetros, ou mais. É muito. Lá em casa, lá não, era pertinho. Era... você não gastava cinco minutos e já tava na beira do rio. Era o lazer que tinha, pescar fim de semana (entrevistado, 2011).

Por meio do relato, conclui-se que o “rio das velhas” possuía também uma função sociocultural, visto que era palco de ações de lazer e elos de amizade entre seus moradores e usuários. Com o alagamento das terras e a formação da represa, aqueles que o usavam romperam essa dinâmica sociocultural, e cessou uma atividade cotidiana, que fazia parte da rotina dos atingidos.

Neste outro relato, apreende-se mais uma vez a importância do rio nas ações materiais e imateriais que permeiam o uso do território. Quando se perguntou a um assentado se o deslocamento do antigo lugar para o assentamento mudou algo na vida cotidiana dele e de sua família, sua fala deixou clara sua opinião, principalmente pela intensidade de sua carga emocional e pela repetição da palavra “muda”:

Ah... muda. Muda muito, muda muito. Porque fim de semana você ia com os meninos, levava os meninos para a beira do rio, tomava um banho, né?! Muda muito. Era uma diversão na beira do rio, né?! Falta dos meus colegas. Era muito colega da cidade que ia pra lá, ia lá pra casa. Acabou tudo (2011).

A infinidade de informações obtida pela história oral deve se guiar por um roteiro prévio organizado pelo pesquisador, não necessariamente um questionário, mas apontamentos que se devem abordar durante o trabalho de campo com as pessoas que vão contar suas histórias, suas versões de um tempo pretérito no espaço geográfico. Trata-se de um recurso que visa à reconstrução do objetivo da pesquisa, que é compreender um recorte do espaço em determinado período, e não à incitação ou pressão, por parte do pesquisador, em obter as respostas que gostaria de ouvir.

Ressalta-se que as documentações orais possuem prazo, não necessariamente definido, para serem obtidas, que é o prazo de vida dos sujeitos pesquisados. A partir do momento em que não há mais como recorrer a esses sujeitos, perdem-se informações valiosas que jamais poderão ser obtidas por qualquer outra técnica. Mesmo no mundo contemporâneo, repleto de tecnologias da informação e da imagem, as fontes de documentação orais tornam-se uma aliada para preencher qualitativamente determinada compreensão do tempo e espaço. Não adianta obter diversas imagens de satélites do antes e do depois da chegada do empreendimento e do alagamento dos territórios dos atingidos, pois a imagem ou fotografia, por si só, não explicam

nada, apenas ilustram um momento dentro de uma dinâmica de fluxos, construções e desconstruções.

A partir dos exemplos citados, pode-se reconstruir uma cena, um evento ou uma sucessão de cenas e eventos que vão formar o território que hoje se encontra alagado. Recorrer aos que vivenciaram o território alagado torna-se fundamental, na medida em que são peças importantes na reconstrução do espaço. Por isso, a história oral, ou o que chamamos aqui de história de vida, não deve ser desprezada, mas, ao contrário, valorizada e aliada a outras técnicas de pesquisa, sobretudo quando há carência de documentos e outras formas de obtenção de informação.

No entanto, para que se torne eficaz, a história oral deve estar atrelada ao trabalho de campo, pois o trabalho empírico revela não só aquilo que se observa com os sentidos, mas também o que se interpreta. As tramas vão sendo tecidas com o cruzamento dessas técnicas, e o resultado obtido garante uma releitura do território alagado.

Considerações finais

Inserir a pesquisa social no âmbito da geografia é apresentar aos estudiosos dessa ciência outras formas de se fazer pesquisa, inclusive com técnicas que auxiliem não somente aqueles que pesquisam, mas os pesquisados. Inserir esse grupo na pesquisa humaniza as técnicas de obtenção de informações, além de aproximar as relações que se estabelecem entre pesquisador e pesquisado.

A técnica da história oral, ou história de vida, acrescenta ao conhecimento de forma geral, na medida em que nuances são reveladas a partir da vivência dos próprios sujeitos. Essas nuances não seriam apreendidas e captadas por outras técnicas de pesquisa, mesmo em entrevistas estruturadas e rígidas.

Desse modo, a fonte de documentação oral permite que grupos sociais sejam mais bem compreendidos, principalmente quando estes estão envolvidos com estudos do espaço geográfico. Não há como dissociar o indivíduo do espaço que ele ocupa, pois o lugar, o território, a paisagem ou a região, categorias de análise tradicionais da geografia, em algum momento, encontram-se com o sujeito e o tornam uma extensão de seu corpo. Essa extensão, em termos geográficos, é a própria reprodução do indivíduo, seja social, cultural ou economicamente.

Neste capítulo, o objetivo principal foi trazer à luz uma alternativa ou um complemento para se fazer uma pesquisa de cunho científico que utilize a técnica da história oral sem torná-la algo mecanizado ou extremamente distante na relação que se estabelece entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado. Ademais, o trabalho de campo complementa essa proposta, visto que não há como fazer pesquisa apenas com levantamentos teóricos e documentais quando existe a necessidade de encontro do objeto, ou

sujeito, a ser pesquisado e com o pesquisador. O trabalho de campo é uma particularidade da geografia que deve sempre ser incentivada e reelaborada.

Por fim, é importante ressaltar que os exemplos citados aqui, de pesquisa realizada com o Complexo Energético Amador Aguiar e os atingidos por esse empreendimento que hoje são moradores do Assentamento Rural Olhos d'Água, são apenas ilustrativos e servem como parâmetros para outras pesquisas. Não há uma rigidez metodológica na utilização da documentação oral, mas esta também não deve ser realizada de qualquer forma, principalmente sem um aporte teórico-metodológico prévio e bem definido.

Referências

- BARTOLOME, Leopoldo Jose et al. *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation, and development*. WCD Thematic Review I.3 prepared as an input to the World Commission on Dams. Cape Town, 2000. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTINVRES/Resources/DisplaceResettle-RehabilitationReparationDevFinal13main.pdf/>. Acesso em 12 out. 2010.
- CAPIM BRANCO INFORMATIVO. *Informativo mensal do Consórcio Capim Branco Energia*. Disponível em http://www.ccbe.com.br/home/?page_id=1201. Acesso em 10 mar. 2012.
- COLTRINARI, Lylian. *Trabalho de campo, geografia, século XXI*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis: UFSC, 1996.
- CONSÓRCIO CAMPIM BRANCO ENERGIA (CCBE). *Complexo Energético Amador Aguiar*. Disponível em <http://www.ccbe.com.br>. Acesso em 10 mar. 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trabalho de campo e globalização*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis: UFSC, 1996.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- . *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MINAS GERAIS. *Lei n. 12.812, de 28 de janeiro de 1998*. Regulamenta o parágrafo único do artigo 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em <http://www.almg.gov.br>. Acesso em 12 jan. 2011.
- SILVA, Angela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA, Maria Nani. *Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. 5 ed. Uberlândia: UFU, 2009.
- SILVA, Rene Gonçalves Serafim. *Os atingidos por barragens do Complexo Energético Amador Aguiar: reminiscências simbólico-afetivas de territórios alagados e as novas identidades territoriais no Assentamento Olhos d'Água* (monografia). UFU, 2011, 82 p.
- e SILVA, Vicente de Paulo da. “Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos d'Água em Uberlândia”. *Soc. Nat.*, Uberlândia, dez. 2011, v. 23, n. 3, pp. 397-408. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n3/v23n3a03.pdf>. Acesso em 15 jan. 2013.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Geografia e trabalho de campo*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis: UFSC, 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VAINER, Carlos Bernardo. "Conceito de 'atingido': uma revisão do debate". In ROTHMAN, F. D. (org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Ed. UFV, 2008, pp. 39-62.